

Franca/SP, 26 de Março de 2024

Ao Banco Central do Brasil

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro – DESIG

### CARTA DE APRESENTAÇÃO

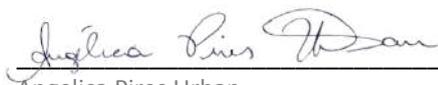
Prezados,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, encaminhamos as nossas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que compreendem:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios
- Demonstrações consolidadas das variações de grupos de consórcios
- Notas Explicativas
- Relatório dos auditores independentes.

Adicionalmente informamos que estes mesmos documentos foram disponibilizados em nosso site eletrônico na presente data, endereço: <https://consorciomagalu.com.br/sobre-o-consorcio/>

Atenciosamente,



Angelica Pires Urban  
Diretora Operacional



Nilton Cesar Azevedo  
Gerente Sênior Controladoria



Vinicius Henrique Peraro  
Contador  
CRC/SP 293422/O-5



# **Luiza Administradora de Consórcios LTDA**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**CONSÓRCIO  
Magalu**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>1</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>2</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>4</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>

## Relatório da Administração

Senhores Clientes:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à sua apreciação as nossas demonstrações financeiras do semestre findo em 31 de dezembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e as demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio, bem como as notas explicativas sobre as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes.

Atualmente a Luiza Administradora de Consórcios Ltda. possui 124 grupos em andamento, com 94.752 consorciados ativos e foram entregues até o encerramento do período 35.402 bens e serviços. A empresa registrou Lucro Líquido de R\$ 27.174 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 95.507 milhões, Ativos Totais de R\$ 217.789 milhões e Receita de serviços de R\$ 146.124 milhões.

Agradecemos aos nossos consorciados, aos fornecedores e, especialmente, aos nossos colaboradores, que nos retribuíram a confiança e a credibilidade, e permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Franca, 20 de março de 2024.

A Administração

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Cotistas da  
**Luiza Administradora de Consórcios Ltda.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Luiza Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2023 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo nesta data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luiza Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 31 de dezembro de 2023 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Administradora é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP034519/O



Henrique Furtado Maduro  
Contador CRC SP-291892/O

**Luiza Administradora de Consórcios LTDA.**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022**

**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)**

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Disponibilidades	4	3.283	4.886	Obrigações fiscais e previdenciárias	11	3.177	2.698
Instrumentos financeiros - Aplicação financeira	5	3.835	10.242	Obrigações sociais e estatutárias	11	6.454	4.455
Instrumentos financeiros - Títulos e valores mobiliários	6	82.822	63.635	Credores diversos	7	68.150	37.298
Devedores diversos	7	76.186	38.962	Outros valores	11	15.658	16.559
Outros valores e bens	9	8.006	5.485	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>93.439</b>	<b>61.010</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>174.132</b>	<b>123.210</b>				
				<b>Não circulante</b>			
Ativos fiscais diferidos	8	25.049	1.717	Provisões	12	2.940	4.359
Outros valores e bens	9	2.212	5.835	Passivos fiscais diferidos	8	25.903	-
Imobilizado de uso	10	8.272	7.459	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>28.843</b>	<b>4.359</b>
Intangível	10	13.858	5.988				
Depreciação e amortização acumulada	10	(5.734)	(4.052)	<b>Total do passivo</b>		<b>122.282</b>	<b>65.369</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>43.657</b>	<b>16.947</b>				
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	13a	50.050	50.050
				Reserva legal	13b	4.537	3.179
				Reserva de lucros	13c	40.920	21.559
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>95.507</b>	<b>74.788</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>217.789</b>	<b>140.157</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>		<b>217.789</b>	<b>140.157</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Luiza Administradora de Consórcios LTDA.**

**Demonstrações dos resultados**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)**

	Nota	2023		2022
		2º Semestre	Exercício	Exercício
<b>Receitas da Intermediação financeira</b>		<b>4.821</b>	<b>9.835</b>	8.901
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.821	9.835	8.901
<b>Despesas da Intermediação financeira</b>		<b>(57)</b>	<b>(182)</b>	(350)
Despesas financeiras	16a	(57)	(182)	(350)
<b>Resultado de intermediação financeira</b>		<b>4.764</b>	<b>9.653</b>	8.551
<b>Outras receitas operacionais</b>		<b>80.806</b>	<b>146.363</b>	119.375
Receitas com prestação de serviços	14	80.613	146.124	119.352
Outras receitas operacionais		193	239	23
<b>Principais despesas operacionais</b>		<b>(73.543)</b>	<b>(118.919)</b>	(102.393)
Despesas de pessoal	15	(18.948)	(36.389)	(32.730)
Outras despesas administrativas	16a	(44.634)	(62.893)	(50.921)
Despesas tributárias		(7.802)	(14.993)	(12.977)
Despesas provisões	16a	(2.159)	(4.644)	(5.765)
Provisão para participação no resultado		(885)	(2.649)	(2.949)
Provisão contingências		(1.256)	(1.817)	(2.676)
Provisão campanhas comerciais		(18)	(178)	(140)
<b>Resultado operacional</b>		<b>12.027</b>	<b>37.097</b>	25.533
<b>Resultado antes dos tributos</b>		<b>12.027</b>	<b>37.097</b>	25.533
<b>Tributos e participações sobre o lucro</b>	17	<b>(1.867)</b>	<b>(9.923)</b>	(6.782)
Provisão para imposto de renda - corrente		(2.500)	(5.556)	(5.005)
Provisão para imposto de renda - diferido		1.233	(1.606)	138
Provisão para contribuição social - corrente		(1.055)	(2.194)	(1.965)
Provisão para contribuição social - diferido		455	(567)	50
<b>Lucro líquido do semestre e exercícios</b>		<b>10.160</b>	<b>27.174</b>	18.751
<b>Lucro líquido por cota (em reais)</b>		<b>0,20</b>	<b>0,54</b>	0,37
<b>Quantidade de cotas – por lote de mil cotas</b>		<b>50.050</b>	<b>50.050</b>	50.050

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Luiza Administradora de Consórcios LTDA.**

**Demonstrações dos resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)**

Demonstrações dos resultados abrangentes	Nota	2023		2022
		2º semestre	exercício	exercício
Lucro líquido do semestre e do exercício		10.160	27.174	18.751
<b>Total dos resultados abrangentes do semestre e exercícios, líquidos de impostos</b>		<b>10.160</b>	<b>27.174</b>	18.751
Atribuível aos:				
Acionistas controladores:		10.160	27.174	18.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Luiza Administradora de Consórcios LTDA.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022**

**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)**

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucro do semestre/ exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		50.050	2.241	8.201	-	317	60.809
Lucro líquido do exercício		-	-	-	18.751	-	18.751
<b>Destinações</b>							
Reserva Legal	13	-	938	-	(938)	-	-
Dividendos distribuídos	13	-	-	-	(4.455)	-	(4.455)
Reserva lucros	13	-	-	13.358	(13.358)	-	-
Outros Resultados Abrangentes						(317)	(317)
<b>Total das movimentações</b>		-	938	13.358	-	(317)	13.979
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		50.050	3.179	21.559	-	-	74.788
Lucro líquido do exercício		-	-	-	27.174	-	27.174
<b>Destinações</b>							
Reserva legal	13	-	1.358	-	(1.358)	-	-
Dividendos distribuídos	13	-	-	-	(6.455)	-	(6.455)
Reserva lucros	13	-	-	19.361	(19.361)	-	-
<b>Total das movimentações</b>		-	1.358	19.361	-	-	20.719
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		50.050	4.537	40.920	-	-	95.507
<b>Saldo em 30 de junho de 2023</b>		50.050	4.029	37.723	-	-	91.802
Lucro líquido do semestre		-	-	-	10.160	-	10.160
<b>Destinações</b>							
Reserva legal		-	508	-	(508)	-	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	(6.455)	-	(6.455)
Reserva lucros		-	-	3.197	(3.197)	-	-
<b>Total das movimentações</b>		-	508	3.197	-	-	3.705
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		50.050	4.537	40.920	-	-	95.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Luiza Administradora de Consórcios LTDA.**

**Demonstrações do fluxo de caixa**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)**

	Nota	2023		2022
		2º Semestre	Exercício	Exercício
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do semestre e exercícios		10.160	27.174	18.751
<b>Ajustes</b>				
Depreciação e amortização	10	1.387	2.143	1.225
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12	1.073	(133)	2.509
Rendimento de títulos e valores mobiliários		-	-	(317)
Resultado na venda de ativo imobilizado		5	5	44
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado	17a	3.555	7.750	6.970
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	17a	(1.688)	2.173	(188)
<b>Lucro líquido do período ajustado</b>		<b>14.492</b>	<b>39.112</b>	<b>28.994</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>				
Aplicação financeira		5.247	6.407	(2.432)
Títulos e valores mobiliários		(13.525)	(19.187)	(3.058)
Outros créditos		1.070	1.102	864
Devedores diversos		(6.139)	(37.224)	(38.962)
Outras obrigações		398	398	(571)
<b>Varição nos ativos operacionais</b>		<b>(12.949)</b>	<b>(48.504)</b>	<b>(44.159)</b>
<b>(Aumento) redução nos passivos operacionais:</b>				
Obrigações fiscais e previdenciárias		211	298	(36)
Credores diversos		11.248	30.852	37.298
Outros passivos	11	(1.873)	(901)	(1.823)
<b>Varição nos passivos operacionais</b>		<b>9.586</b>	<b>30.249</b>	<b>35.439</b>
Pagamento contingências		(1.235)	(1.286)	(433)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.623)	(7.569)	(6.701)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		<b>6.271</b>	<b>12.002</b>	<b>13.140</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de imobilizado		(325)	(884)	(3.346)
Aquisição de intangível		(3.934)	(8.266)	(3.705)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		<b>(4.259)</b>	<b>(9.150)</b>	<b>(7.051)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Pagamento de dividendos		-	(4.455)	(2.703)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>(4.455)</b>	<b>(2.703)</b>
<b>Aumento(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2.012</b>	<b>(1.603)</b>	<b>3.386</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre e exercício		1.271	4.886	1.500
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre e exercício		3.283	3.283	4.886
<b>Aumento(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2.012</b>	<b>(1.603)</b>	<b>3.386</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Luiza Administradora de Consórcios LTDA.**

**Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)**

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Disponibilidades</b>		<b>680</b>	2.226	<b>Outras obrigações</b>		<b>1.177.711</b>	1.012.793
Depósitos bancários		<b>680</b>	2.226	Obrigações com consorciados	<b>3.2 f</b>	<b>483.981</b>	410.268
Instrumentos Financeiros	<b>6</b>	<b>383.432</b>	330.322	Valores a repassar	<b>3.2 g</b>	<b>28.650</b>	25.107
Disponibilidades dos grupos		<b>14.550</b>	14.232	Obrigações por contemplações a entregar	<b>3.2 h</b>	<b>369.178</b>	316.094
Vinculadas a contemplações		<b>368.882</b>	316.090	Obrigações com a Administradora		<b>2.212</b>	5.835
<b>Outros créditos</b>		<b>793.599</b>	680.245	Recursos a devolver a consorciados	<b>3.2 i</b>	<b>242.756</b>	211.844
Direitos com consorciados contemplados	<b>3.2 b</b>	<b>780.880</b>	669.919	Recursos dos grupos	<b>3.2 j</b>	<b>50.934</b>	43.645
Normais		<b>772.757</b>	663.327				
Em atraso		<b>8.123</b>	6.592				
<b>Outros</b>		<b>12.719</b>	10.326				
<b>Compensação</b>		<b>11.103.686</b>	9.584.175	<b>Compensação</b>		<b>11.103.686</b>	9.584.175
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	<b>3.2 c</b>	<b>41.084</b>	38.733	Recursos mensais a receber de consorciados	<b>3.2 c</b>	<b>41.084</b>	38.733
Contribuições devidas aos grupos	<b>3.2 d</b>	<b>5.710.796</b>	4.930.518	Obrigações dos grupos por contribuições	<b>3.2 d</b>	<b>5.710.796</b>	4.930.518
Valor dos bens ou serviços a contemplar	<b>3.2 e</b>	<b>5.351.806</b>	4.614.924	Bens ou serviços a contemplar	<b>3.2 e</b>	<b>5.351.806</b>	4.614.924
<b>Total do Ativo</b>		<b>12.281.397</b>	10.596.968	<b>Total do Passivo</b>		<b>12.281.397</b>	10.596.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Luiza Administradora de Consórcios LTDA.**

**Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023  
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)**

	2023		2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
<b>Disponibilidades no início do semestre e exercícios</b>	<b>357.151</b>	<b>332.548</b>	<b>270.902</b>
Disponibilidades	82	2.226	2.570
Aplicações financeiras dos grupos	18.553	14.232	9.579
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	338.516	316.090	258.753
<b>Recursos coletados</b>	<b>454.284</b>	<b>896.314</b>	<b>783.401</b>
1 Contribuições para aquisição de bens	340.693	672.346	579.638
2 Taxa de administração	87.033	168.758	147.490
3 Contribuições ao fundo de reserva	4.820	9.649	8.830
4 Rendimentos de aplicações financeiras	15.559	32.133	21.323
5 Multas e juros moratórios	1.860	3.407	2.550
6 Prêmios de seguros	2.901	5.576	4.781
Custas Judiciais	40	40	-
Registro de Contratos	22	22	-
7 Outros	1.356	4.383	18.789
<b>Recursos utilizados</b>	<b>(427.323)</b>	<b>(844.750)</b>	<b>(721.755)</b>
8 Aquisição de bens	(308.506)	(616.109)	(515.826)
9 Taxa de administração	(87.454)	(169.619)	(148.691)
10 Multas e juros repassados à Administradora	(909)	(1.657)	(1.245)
11 Prêmios de seguros	(3.062)	(5.725)	(4.769)
Custas Judiciais	(40)	(40)	-
12 Devolução a consorciados desligados	(15.634)	(25.782)	(19.939)
Registro de Contratos	(22)	(22)	-
13 Outros	(11.696)	(25.797)	(31.285)
<b>Disponibilidades no fim do semestre e dos exercícios</b>	<b>384.112</b>	<b>384.112</b>	<b>332.548</b>
14 Disponibilidades	680	680	2.226
15 Aplicações financeiras	14.550	14.550	14.232
16 Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	368.882	368.882	316.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Luiza Administradora de Consórcios Ltda (“Consórcio Magalu”) foi constituída em 5 de setembro de 1990. Tem como Controladora a empresa o Magazine Luiza S.A., que atua no comércio varejista desde a década de 1950. As suas operações consistem na administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de bens móveis, imóveis e serviços.

Com sede em Franca/SP, situada na Rua Do Comércio, 1.924 - Centro, o Consórcio Magalu disponibiliza cartas de crédito em todas as 1.303 lojas do Magazine Luiza, contando ainda com 640 gestores de negócios em todo Brasil e 268 colaboradores.

### **2 Elaboração e publicação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), específicas para empresas administradoras de consórcio, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em 12 de agosto de 2020, o Bacen emitiu a Resolução BCB nº 2, que consolida os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Desse modo, para atender a resolução mencionada foram realizadas alterações no Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Recursos de Consórcio, a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente e a quantidade de consorciados excluídos.

As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da Administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira consolidada desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio, conforme a Carta-Circular Bacen nº 3.147/04.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Administradora em 26 de março de 2024.

## 2.1 Normas de aplicação futura

### 2.1.1 Resolução BCB nº 219/22

Publicada em 30 de março de 2022 com entrada em vigor total a partir de 01 de janeiro de 2025. Essa Resolução dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros nas administradoras de consórcios e instituições de pagamentos, cujo propósito é a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge).

No contexto da Resolução, o seu artigo 67 estabelece no seu parágrafo único a elaboração do plano de implementação desta Resolução até a data de 31 de dezembro de 2022, cujo documento foi aprovado na data 16 de dezembro de 2022 pela diretoria da Administradora.

Nos próximos parágrafos será apresentado um breve resumo do plano de implementação.

#### (1) *Plano para a Implementação da Resolução BCB nº 219/22*

A confecção do plano teve como premissa inicial a aderência da norma nos itens que são suscetíveis a ela e as condições atuais da ADMINISTRADORA.

O Banco Central do Brasil divulgará normas que regulamentarão a aplicação do método simplificado para amortização de custos de transação (taxa efetiva de juros), definições de principal e juros para o teste SPPJ, pisos de provisão para ativos com problemas de recuperação de crédito, regras para utilização da metodologia simplificada da PECLD pelas administradoras de consórcio.

O principal item abordado no plano de implementação resume-se em:

- a. Capacitação da equipe;
- b. Classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPPJ);
- c. Reclassificação de ativos financeiros;
- d. Classificação de passivos financeiros;
- e. Custos de transação;
- f. Mensuração do valor justo;
- g. Ativos com problemas de recuperação de crédito;
- h. Renegociação e reestruturação de ativos financeiros;
- i. Baixa de ativos financeiros;
- j. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;e
- k. Evidenciação.

Observa-se que para cada item relacionado, o plano para implementação prevê os seguintes desdobramentos:

- i. Cenário atual: como a administradora trata as informações de acordo com a regulamentação vigente;
- ii. Proposta: o que a administradora entende ser necessário implementar/modificar para se adequar à referida norma;
- iii. Processos: quais os processos afetados pela nova regra; e
- iv. Responsabilidades: quais áreas serão responsáveis pelas modificações/manutenções relativas às mudanças normativas.

No decorrer de 2023 foi investido horas em capacitação do time responsável e participação de comitê de trabalhos voltado para o sistema de consórcio.

### **2.1.2 Resolução BCB nº 352/23**

Publicada em 23 de novembro de 2023 com entrada em vigor de forma fracionada iniciando em 01 de janeiro de 2024 e na sua totalidade em 01 de janeiro de 2027. Revoga na totalidade a Resolução BCB nº 219 e 309 a partir de 01 de janeiro de 2024. Essa Resolução conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção.

Diante do cenário o plano de implementação constituído previsto no art. 67 da Resolução 219/22 passará por atualização considerando as medidas de transição implícitas nesta Resolução a partir do art.92.

## **3 Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis utilizadas para o registro e a avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

### **3.1 Administradora**

#### ***Resultado das operações***

A apuração do resultado é efetuada segundo o regime de competência. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a taxa de administração dos grupos de consórcio, era reconhecida como receita quando do efetivo recebimento das parcelas, e a despesa com comissões sobre vendas das cotas de consórcio eram pagas e registradas no resultado quando da realização da venda.

Em 27 de julho de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução BCB nº 120, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022, que estabelece critérios de contabilização incluindo reconhecimento e mensuração de receitas e despesas de Administradora de Consórcio. As mudanças devem ser aplicadas prospectivamente. As receitas e despesas provenientes das taxas de administração e despesas com comissões sobre venda das cotas de consórcio deverão ser contabilizadas pelo regime de competência. A partir de 2022 a Administração do Consórcio passou a adotar a referida norma do BACEN para o reconhecimento da receita com taxa de administração. As despesas com comissão sobre venda das cotas de consórcio passaram a ser reconhecidas pelo regime de competência “*pro rata temporis*” considerando o prazo contratual de pagamento com cada parceiro comercial.

Adicionalmente, conforme disposto pela Resolução BCB nº02/2020, eventuais resultados não recorrentes serão apresentados de forma segregada dos resultados recorrentes.

**a. Caixa e equivalentes de caixa**

São representados por depósitos bancários disponíveis, aplicações no mercado aberto e aplicações em renda fixa, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**b. Instrumentos financeiros**

São classificados nas seguintes categorias:

**Títulos para negociação** - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

**Títulos disponíveis para venda** - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.

**Títulos mantidos até o vencimento** - são aqueles que são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Conforme a intenção da Administração, os títulos e valores mobiliários da Administradora foram classificados como sendo para “negociação”.

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

**c. Outros ativos**

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste do valor de realização.

**d. Devedores e credores diversos**

Em 27 de julho de 2021, foi promulgada a Resolução BCB nº 120, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas administradoras de consórcio. Com a Resolução BCB nº 120, a receita da taxa de administração é reconhecida pelo prazo do contrato, *pró-rata temporis*.

**e. Imobilizado de uso e intangível**

O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, sendo utilizadas as taxas apresentadas na nota explicativa nº 10.

O intangível é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, sendo utilizadas as taxas apresentadas na nota explicativa nº 10.

**f. Avaliação do valor recuperável de ativos**

Conforme Circular Bacen nº 3.387/08, que aprovou o pronunciamento técnico CPC1, os ativos estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A Administradora não teve nenhum ativo sujeito à perda do seu valor recuperável durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

**g. Provisões, Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Circular Bacen nº 3.484/10, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 25, sendo os principais critérios os seguintes:

**Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

**Provisões para riscos** - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação judicial, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

**Passivos contingentes** - Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e os classificados como de perda remota não são provisionados, nem divulgados.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil.

**h. Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$ 20 mensais. A contribuição social é calculada pela alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias oriundas da provisão de passivos contingentes, campanha de vendas, participação nos resultados e propaganda e publicidade, utilizando-se as alíquotas vigentes na data do balanço.

**i. Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

**j. Partes relacionadas**

A divulgação de informações sobre partes relacionadas é efetuada em consonância com a Circular do Banco Central do Brasil nº 3.463/09, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 05, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**k. Lucro por cota**

De acordo com a constituição da Administradora, não temos a obrigatoriedade para distribuição de lucro por cota. No entanto, quando solicitado pela controladora (Magazine Luiza S.A.) e havendo sobra de caixa, ocorre a distribuição de dividendos.

**l. Reserva legal**

É constituída de acordo com a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.273/87, que determina a constituição desta reserva pelas empresas que utilizam o COSIF (plano contábil das instituições do sistema financeiro). Tem como finalidade assegurar a integridade do capital social, podendo ser utilizada para aumentar o capital da empresa ou absorver os prejuízos contábeis.

### **3.2 Grupos de consórcio**

Os ativos e passivos circulantes estão representados, principalmente, pelas contas a seguir, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, conforme determina o modelo de publicação do Banco Central do Brasil.

**a. Aplicações financeiras**

São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os rendimentos das aplicações são rateados pelos grupos proporcionalmente aos seus saldos.

**b. Direitos com consorciados contemplados**

Representam os valores a receber dos consorciados contemplados, registrados pelos valores de realização, referentes às parcelas vincendas do fundo comum e do fundo de reserva.

**c. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados**

Representa a previsão, com base no valor do crédito vigente na data das demonstrações financeiras, de recebimento das contribuições (do fundo comum e do fundo de reserva) dos consorciados, inclusive em atraso, para o mês subsequente ao do balanço.

- d. Contribuições devidas aos grupos**  
Representam a previsão de recebimento do fundo comum e do fundo de reserva até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens ou serviços na data do balanço.
- e. Valor dos bens ou serviços a contemplar**  
Representa o valor total dos bens ou serviços a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos respectivos bens ou serviços na data do balanço.
- f. Obrigações com consorciados**  
Representam o fundo comum, recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens ou serviços, o fundo de reserva, a taxa de administração e o seguro, recebidos de consorciados dos grupos em formação, acrescidos de rendimentos financeiros.
- g. Valores a repassar**  
Representam os valores recebidos e ainda não repassados a terceiros pelo grupo, relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas, juros moratórios e multas rescisórias.
- h. Obrigações por contemplações a entregar**  
Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos de rendimentos financeiros.
- i. Recursos a devolver a consorciados**  
Representam os recursos a serem devolvidos a consorciados ativos pela sobra de caixa nos grupos (pagamentos a maior de parcelas), bem como os valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos relativos às respectivas contribuições ao fundo comum e ao fundo de reserva, deduzidos das multas aplicadas, ambos atualizados pela taxa de rendimentos financeiros, deduzidos de multa, quando aplicável. De acordo com a Resolução BCB nº156/2021 os recursos não procurados, bem como aqueles correspondentes a aplicação desses recursos são registrados em contas de compensação da administradora. Os valores remanescentes dos grupos encerrados, anteriores a resolução BCB nº156/2021 estão registrados em conta do Passivo Circulante (nota 11).
- j. Recursos dos grupos**  
Representam os recursos recebidos a título de fundo de reserva, os rendimentos de aplicações financeiras, as multas, os juros moratórios retidos no grupo, as multas rescisórias retidas e a atualização de direitos com consorciados contemplados, bem como a atualização das obrigações dos itens do passivo quando ocorrer variação do preço do bem.

**k. Demonstração consolidada das variações de disponibilidades de grupos**

**Recursos coletados**

Representam os recursos coletados dos grupos de consórcios e os rendimentos financeiros deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens ou serviços recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do crédito e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e seguro.

O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo, conforme previsão contratual. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

**Recursos utilizados**

Representam os pagamentos realizados pelos grupos, inclusive a título de pagamento da taxa de administração, decorrentes de seus diversos compromissos previstos no regulamento de consórcio.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição de bens ou serviços.

**l. Informações complementares sobre os grupos em andamento**

As operações de grupos de consórcio em andamento, conforme Resolução BCB n° 2/20, apresentam as seguintes posições em:

	2023	2022
Quantidade de grupos administrados	124	124
Quantidade de consorciados ativos	94.752	90.754
Quantidade de bens ou serviços entregues nos semestres	5.576	6.179
Quantidade total de bens ou serviços entregues	35.402	35.576
Quantidade de bens ou serviços pendentes nos semestres	2.887	3.607
Quantidade de consorciados desistentes ou excluídos nos semestres	12.667	14.311
Taxa média de inadimplência	0,00%	2,69%

**4 Disponibilidades**

	2023	2022
Caixa e bancos	1.195	425
Certificado de depósito bancário	2.088	4.461
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>3.283</b>	<b>4.886</b>

## 5 Instrumentos financeiros - Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as operações compromissadas estavam apresentadas como segue:

	2023			2022
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Certificados de depósitos bancários	1.283	2.552	3.835	10.242
	<b>1.283</b>	<b>2.552</b>	<b>3.835</b>	10.242

Em 31 de dezembro de 2023 as aplicações de CDBs, eram remuneradas a taxas de 109,5% a 121% (102% a 121% em 31 de dezembro de 2022) do Depósito Interbancário (DI).

## 6 Instrumentos financeiros – Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os títulos e valores mobiliários estavam apresentados como segue:

	Administradora		Grupos	
	Valor contábil		Valor contábil	
	2023	2022	2023	2022
<b><i>Títulos para negociação</i></b>				
Cotas de fundo de investimentos	50.367	37.027	66.270	54.070
Letras financeira tesouro nacional	863	1.032	176.041	155.830
Notas do tesouro nacional	9.757	9.358	141.115	120.418
Debêntures	360	400	-	-
Letras financeiras	21.054	15.396	-	-
Certificado de recebimento agronegócio	421	422	-	-
Outros	-	-	6	4
<b>Total</b>	<b>82.822</b>	63.635	<b>383.432</b>	330.322

As aplicações em cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente conforme o valor da cota divulgada pelo Administrador do Fundo. Os fundos de investimento não são exclusivos.

A Administração classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com sua intenção de negociação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração reclassificou títulos anteriormente classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento para títulos para negociação, conforme a intenção atual de negociação.

## Abertura por vencimento

### Administradora

	2023						2022
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil	Valor de Custo Atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor Contábil
<b>Títulos para negociação</b>							
Cotas de fundo de investimentos <sup>(1)</sup>	50.367	-	-	50.367	50.367	-	37.027
Letras financeiras tesouro nacional	-	-	863	863	863	-	1.032
Notas do tesouro nacional	-	-	9.757	9.757	10.174	417	9.358
Debêntures	-	-	360	360	360	-	400
Letras financeiras	-	9.503	11.551	21.054	21.054	-	15.396
Certificado recebimento agronegócio	-	421	0	421	421	-	422
<b>Total</b>	<b>50.367</b>	<b>9.924</b>	<b>22.531</b>	<b>82.822</b>	<b>83.239</b>	<b>417</b>	<b>63.635</b>

## Abertura por vencimento

### Grupos de consórcio

	2023						2022
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil	Valor de Custo Atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor Contábil
<b>Títulos para negociação</b>							
Cotas de fundo de investimentos <sup>(1)</sup>	66.270	-	-	66.270	66.270	-	54.070
Letras do tesouro nacional	-	100.280	75.761	176.041	176.017	(24)	155.830
Notas do tesouro nacional	-	16.242	124.873	141.115	142.895	1.780	120.418
Outros	-	-	6	6	6	-	4
<b>Total</b>	<b>66.270</b>	<b>116.522</b>	<b>200.640</b>	<b>383.432</b>	<b>385.188</b>	<b>1.756</b>	<b>330.322</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administradora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

<sup>(1)</sup> As cotas de fundos de investimento são custodiadas pelos administradores dos fundos. Os respectivos fundos não são exclusivos.

## 7 Devedores e Credores diversos

	2023	2022
Devedores diversos <sup>(1)</sup>	76.186	38.962
Credores diversos <sup>(2)</sup>	68.150	37.298

<sup>(1)</sup> Refere-se às comissões diferidas a serem reconhecidas como despesas administrativas, pelo prazo dos contratos com clientes;

<sup>(2)</sup> Refere-se às receitas diferidas a serem reconhecidas como receitas de taxas de administração, pelo prazo dos contratos com clientes.

## 8 Ativo e passivo diferido

	2023	2022
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:</b>		
Provisões cíveis	265	104
Provisões trabalhistas	724	1.366
Provisões administrativas	10	12
Provisão campanhas comerciais	108	48
Receita e comissão diferida	(2.732)	(566)
CSLL/IRPJ Base Negativa	771	753
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	<u>(854)</u>	<u>1.717</u>
Ativos fiscais diferidos	25.049	1.717
Passivos fiscais diferidos	25.903	-
<b>Total</b>	<u>854</u>	<u>1.717</u>

## 9 Outros ativos

	2023	2022
Depósitos judiciais	4	4
Empréstimo a grupos de consórcios <sup>(1)</sup>	2.212	5.835
Serviços prestados a receber <sup>(2)</sup>	2.612	1.230
Adiantamento a fornecedores	2.848	3.070
Impostos a recuperar	1.943	1.047
Outros	599	134
<b>Total</b>	<u>10.218</u>	<u>11.320</u>
<b>Circulante</b>	8.006	5.485
<b>Não circulante</b>	2.212	5.835

<sup>(1)</sup> Valores que são aportados pela administradora no grupo, viabilizando maiores contemplações ou para o encerramento do grupo. Esses valores serão liquidados no primeiro semestre de 2024.

<sup>(2)</sup> Taxa de administração dos grupos de consórcios reconhecida como receita via regime de caixa sem recebimento bancário.

## 10 Imobilizado de uso e intangível

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o imobilizado de uso e o intangível estavam compostos como segue:

### a. Composição dos saldos

	Taxa de depreciação	2023			2022
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	4%	3.656	(1.228)	2.428	3.202
Moveis e utensílios	10%	1.324	(447)	877	252
Sistema de comunicação	10%	240	(206)	34	9
Computadores e periféricos	20%	2.567	(1.516)	1.051	1.290
Veículos	20%	485	(165)	320	169
<b>Total geral</b>		<b>8.272</b>	<b>(3.562)</b>	<b>4.710</b>	<b>4.922</b>

	Taxa de amortização	2023			2022
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	20%	13.858	(2.172)	11.686	4.473
<b>Total geral</b>		<b>13.858</b>	<b>(2.172)</b>	<b>11.686</b>	<b>4.473</b>

### b. Movimentação dos saldos

Movimentação dos saldos	Imobilizado		Intangível	
	2023	2022	2023	2022
Saldos no início do exercício	4.922	2.326	4.473	1.287
Adições	884	3.346	8.266	3.705
Depreciações e amortizações	(1.090)	(706)	(1.053)	(519)
Baixas/Transferências	(5)	(44)	-	-
<b>Saldos no fim do exercício</b>	<b>4.711</b>	<b>4.922</b>	<b>11.686</b>	<b>4.473</b>

## 11 Outras obrigações e provisões

	2023	2022
<b>Fiscais e previdenciárias:</b>		
Imposto de renda e contribuição social a pagar	<b>50</b>	-
PIS a recolher	<b>167</b>	144
COFINS a recolher	<b>779</b>	669
ISS a recolher	<b>473</b>	416
Impostos e contribuições sobre salários	<b>1.579</b>	1.367
Outros	<b>129</b>	102
<b>Total de obrigações fiscais e previdências - curto prazo</b>	<b>3.177</b>	2.698
	2023	2022
<b>Sociais e estatutárias</b>		
Dividendos a pagar	<b>6.454</b>	4.455
<b>Total de obrigações Sociais e Estatutárias - curto prazo</b>	<b>6.454</b>	4.455
	2023	2022
<b>Outros valores:</b>		
Recursos não procurados -Grupos <sup>(1)</sup>	<b>26</b>	25
Provisão para pagamentos a efetuar	<b>4.469</b>	3.961
Comissões a pagar Magazine Luiza (Nota 16)	<b>1.405</b>	1.361
Comissões a pagar	<b>6.779</b>	7.178
Provisão para participação nos resultados	<b>2.328</b>	2.792
Outras obrigações	<b>651</b>	1.242
<b>Total</b>	<b>15.658</b>	16.559

<sup>(1)</sup> Com a promulgação da resolução BCB nº 156 de 19 de outubro de 2021, os recursos não procurados por consorciados, que totalizavam R\$1.967 em 31 de dezembro de 2022, foram reclassificados para contas de compensação na administradora. Os valores remanescentes referem-se a recursos de grupos encerrados constituídos antes da vigência da Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008.

## 12 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

### a. Ativos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não existiam ativos contingentes registrados.

### c. Provisão para riscos e passivos contingentes

As provisões para riscos são representadas por contingências cíveis, trabalhistas, fiscais e administrativas com probabilidade de perda provável, conforme segue:

	Cível		Trabalhista		Administrativo		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Saldos no início do exercício	306	165	4.018	2.009	35	109	4.359	2.283
Constituições/atualizações	795	365	1.609	2.576	53	55	2.457	2.996
Reversão/baixas	(191)	-	(2.354)	(461)	(45)	(26)	(2.590)	(487)
Pagamentos/condenações	(130)	(224)	(1.144)	(106)	(12)	(103)	(1.286)	(433)
<b>Saldos no fim do exercício</b>	<b>780</b>	<b>306</b>	<b>2.129</b>	<b>4.018</b>	<b>31</b>	<b>35</b>	<b>2.940</b>	<b>4.359</b>

**Contingências cíveis** - correspondem à todas as ações em que a Administradora é parte passiva (réu), as quais correspondem a ações de natureza indenizatória, revisional de contrato e outras que sejam de exclusividade da Administradora

**Contingências trabalhistas** - correspondem à todas as ações em que a Administradora é parte passiva (réu), as quais correspondem a ações de cunho exclusivamente trabalhista, movidas por ex-colaboradores da Administradora, bem como de outros com as quais a mesma mantenha vínculo comercial, tais como, terceirizados de vendas (gestores de negócios) e ex-colaboradores do Magazine Luiza.

**Contingências administrativas** - são todas aquelas de natureza administrativa que possam impactar em condenação à Administradora, as quais podem ser derivadas de reclamações por consorciados junto à Órgãos de Proteção ao Consumidor.

Em 31 de dezembro de 2023, os processos classificados como risco de perda possível correspondem ao valor de R\$ 382, já em 31 de dezembro de 2022, correspondiam ao valor de R\$ 1.706

## 13 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é de R\$ 50.050 (R\$ 50.050 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 50.050.000 quotas com valor nominal de R\$ 1,00.

### b. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas, são destinados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, caso aprovado em assembleia.

Em 31 de dezembro de 2023 houve destinação do lucro para a distribuição de dividendos no montante de R\$ 6.455 milhões (R\$ 4.455 milhões em 31 de dezembro de 2022).

### c. Reserva de lucros

A Administradora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital integralizado. Ademais, a Administradora poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

	2023	2022
<b>Reserva de lucros</b>	<b>45.457</b>	24.738
Lucros acumulados <sup>(1)</sup>	<b>40.920</b>	21.559
Reserva legal (Circular nº 1.273/3.221) <sup>(2)</sup>	<b>4.537</b>	3.179

<sup>(1)</sup> Constituída sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos cotistas da Administradora em atos societários pertinentes.

<sup>(2)</sup> Constituída mediante a Circular nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987, com base no lucro líquido do exercício multiplicado por 5% (cinco por cento), cuja utilização se dará com a compensação de prejuízo fiscal quando esgotados os lucros acumulados ou demais reservas ou futuro aumento de capital.

## 14 Receitas com prestação de serviços

A rubrica de receitas com prestação de serviços nos semestres findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era composta por:

	2023		2022
	2º Semestre	Exercícios	Exercícios
Rendas com taxa administração de grupos de consórcios <sup>(1)</sup>	75.641	137.297	110.324
Rendas com outros serviços	4.972	8.827	9.028
<b>Total</b>	<b>80.613</b>	<b>146.124</b>	119.352

<sup>(1)</sup> Com a promulgação a Resolução BCB n° 120 e aplicação do Pronunciamento Técnico Contábil (CPC) 47 onde a taxa de performance, entende como taxa de administração, aplicado a receita de contrato com o cliente, será rateado pro-rata-temporis. Em 31 de dezembro de 2021 a receita era reconhecida pelo recebimento das prestações.

## 15 Despesas de pessoal

	2023		2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Benefícios <sup>(1)</sup>	(1.553)	(3.283)	(3.239)
Encargos sobre folha <sup>(2)</sup>	(4.503)	(8.470)	(7.313)
Proventos <sup>(3)</sup>	(12.796)	(24.447)	(21.978)
Treinamentos	(96)	(189)	(200)
<b>Total</b>	<b>(18.948)</b>	<b>(36.389)</b>	(32.730)

<sup>(1)</sup> Referem-se, principalmente, a vale transporte, vale alimentação assistência médica entre outras aos colaboradores da Administradora.

<sup>(2)</sup> Referem-se a INSS e FGTS sobre folha de pagamentos.

<sup>(3)</sup> Referem-se, principalmente, a despesa com salários, prêmios de produção e demais despesas sobre folha.

## 16 Outras despesas administrativas, provisões, financeiras e reflexo resolução BCB120

### a. Outras despesas administrativas, provisões e financeiras

	2023		2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Comissões <sup>(1)</sup>	(30.091)	(33.048)	(21.929)
Promoção e propaganda	(3.034)	(6.265)	(6.352)
Serviços técnicos especializados	(3.356)	(7.510)	(8.239)
Hospedagens e viagens	(1.999)	(3.764)	(3.960)
Depreciação e amortização	(1.387)	(2.143)	(1.225)
Aluguéis de imóveis e equipamentos	(424)	(858)	(880)
Telecomunicação e dados	(599)	(1.342)	(1.091)
Processamento de dados	(2.596)	(5.512)	(4.452)
Outras despesas <sup>(2)</sup>	(1.147)	(2.451)	(2.793)
<b>Outras despesas administrativas</b>	<b>(44.633)</b>	<b>(62.893)</b>	<b>(50.921)</b>
<b>Despesas Provisão<sup>(3)</sup></b>	<b>(2.159)</b>	<b>(4.644)</b>	<b>(5.765)</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(57)</b>	<b>(182)</b>	<b>(350)</b>
<b>Total</b>	<b>(46.849)</b>	<b>(67.719)</b>	<b>(57.036)</b>

(1) Referem-se ao pagamento de serviços de intermediação na venda de cotas de consórcio. Até 31 de dezembro de 2021 as despesas de comissões sobre vendas das cotas de consórcios eram apropriadas no resultado no ato da concretização da venda. Em atendimento ao Pronunciamento Técnico Contábil (CPC) 47 dado pela Resolução BCB n° 120 os custos incrementais dos contratos com os clientes deverão ser apropriados pro-ratemporis ao prazo do contrato. Dessa forma os valores foram alocados no Devedores diversos a título de despesas antecipadas.

(2) Referem-se, substancialmente, à posicionamento estratégico e outros gastos administrativos e financeiros

(3) Referem-se a provisões de contingências de natureza trabalhista e cível, provisão para participação nos resultados e provisões de campanhas comerciais.

### b. Impacto resolução BCB 120

	2023	
	2º Semestre	Exercício
Receita taxa administração antecipada	(11.248)	(31.267)
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>(11.248)</b>	<b>(31.267)</b>
Custo comissão antecipado	6.140	37.224
<b>Principais despesas operacionais</b>	<b>6.140</b>	<b>37.224</b>
Provisão para imposto de renda - diferido	1.270	(1.295)
Provisão para contribuição social - diferido	468	(455)
<b>Tributos e participações sobre o lucro</b>	<b>1.738</b>	<b>(1.750)</b>
<b>Resultado das operações Resolução BCB120</b>	<b>(3.370)</b>	<b>4.207</b>

## 17 Imposto de renda e contribuição social

### a. Despesas com imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
<b>Resultado antes da tributação</b>	<b>37.097</b>	25.533
<b>Adições e exclusões temporárias</b>	<b>(7.197)</b>	552
Provisões não dedutíveis	<b>(1.241)</b>	2.216
Exclusão temporária CPC 47	<b>(5.956)</b>	(1.664)
<b>Adições e exclusões permanentes</b>	<b>(5.523)</b>	(4.251)
Inovação tecnológica	<b>(5.890)</b>	(4.548)
Despesas não dedutíveis	<b>367</b>	297
<b>Base de cálculo</b>	<b>24.377</b>	21.834
Imposto de renda	<b>(6.070)</b>	(5.435)
Deduções incentivos fiscais e ajuste exercício anterior	<b>514</b>	430
Imposto de renda corrente	<b>(5.556)</b>	(5.005)
Contribuição social corrente	<b>(2.194)</b>	(1.965)
Total de imposto de renda e contribuição social diferido	<b>(2.173)</b>	(188)
Total de imposto de renda e contribuição social corrente	<b>(7.750)</b>	(6.970)

### d. Créditos tributários

<b>Composição créditos/(débitos) fiscais</b>	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferido	<b>(1.625)</b>	964
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	<b>771</b>	753
	<b>(854)</b>	1.717

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administradora possuía diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis no montante de (R\$ 4.778) e R\$ 2.835 respectivamente sobre as quais foram contabilizados créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de (R\$ 1.625) e R\$ 964.

<b>Movimentação</b>	2022	Constituição	Realização	2023
Provisão para riscos	4.359	<b>2.457</b>	<b>(3.876)</b>	<b>2.940</b>
Receita e Custo CPC47	(1.664)	<b>(5.956)</b>	-	<b>(7.620)</b>
Provisão de campanhas	140	<b>868</b>	<b>(690)</b>	<b>318</b>
	2.835	<b>(2.631)</b>	<b>(4.566)</b>	<b>(4.362)</b>

Expectativa de realização dos créditos tributários:

Realização	Valor base	Diferenças temporárias		Total	Total Valor Presente
		Imposto de renda	Contribuição social		
2024	2.217	553	200	753	677
2025	431	108	39	147	132
2026	288	72	26	98	88
2027	(7.298)	(1.966)	(657)	(2.623)	(2.358)
	<b>(4.362)</b>	<b>(1.233)</b>	<b>(392)</b>	<b>(1.625)</b>	<b>(1.461)</b>

O valor presente dos créditos tributários obtido através de desconto pela expectativa da taxa SELIC do período foi de (R\$1.461). Em dezembro de 2023, não havia créditos tributários não reconhecidos contabilmente.

## 18 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a:

Descrição serviço	Ativo (Passivo)		Receita/(Despesa)	
	2023	2022	2023	2022
Comissão sobre vendas de consórcios nas lojas e site	<b>(1.405)</b>	(1.361)	<b>(15.074)</b>	(15.473)
Serviços contábeis, fiscal e societário	-	-	<b>(112)</b>	(168)
Reembolso de despesas compartilhadas	-	-	<b>(187)</b>	(119)
Dividendos a pagar	<b>(6.454)</b>	(4.455)		-
<b>Magazine Luiza S.A.</b>	<b>(7.859)</b>	(5.816)	<b>(15.373)</b>	(15.760)
Locação de imóveis (MTG)	-	(70)	<b>(390)</b>	(789)
<b>MTG Adm. Assessoria e Participações S.A.</b>	-	(70)	<b>(390)</b>	(789)
<b>Total</b>	<b>(7.859)</b>	(5.886)	<b>(15.763)</b>	(16.549)

A Administradora não possui benefícios de curto e longo prazos, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Essas operações são realizadas em condições, prazos e taxas de mercado compatíveis com as praticadas com terceiros.

## 19 Gerenciamento de riscos

A Administradora, de forma geral, está exposta aos riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

### 19.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizado com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

a. **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Administradora.

e. **Risco de liquidez**

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Administradora saldar seus compromissos, quanto a dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria, os níveis mínimos de liquidez a ser mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos.

f. **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Administradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos.

g. **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. Dentro desse cenário, a Administradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e as instruções internas.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional em que a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base em auto avaliação de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pela Diretoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados à Diretoria.

#### h. Risco de taxas de juros

A Administradora está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)”, relativas a aplicações financeiras em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administradora efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando a taxas de juros futuros divulgadas pela BM&F BOVESPA e/ou BACEN, considerando uma taxa base de CDI em 12,50%. Os efeitos esperados das receitas com aplicações financeiras para os próximos três meses são como segue:

	Administradora		Grupos	
	2023	2022	2023	2022
<b>Aplicação financeira (nota 5)</b>				
Certificados de depósitos bancários	3.835	10.242	-	-
	<b>3.835</b>	<b>10.242</b>		
<b>Títulos e valores mobiliários (nota 6)</b>				
Letras Financeiras	21.054	15.396	-	-
Cotas de fundo de investimentos	50.370	37.027	66.270	54.070
Letras financeira tesouro nacional	863	1.032	176.041	155.830
Notas do tesouro nacional	9.757	9.358	141.115	120.418
Debentures	360	400	-	-
Certificado de recebimento do agronegócio	421			
Outros	2.262	422	6	4
	<b>85.087</b>	<b>63.635</b>	<b>383.432</b>	<b>330.322</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>88.922</b>	<b>73.877</b>	<b>383.432</b>	<b>330.322</b>
<b>Receita financeira de juros - exposição a CDI</b>	<b>8,90%</b>	13,65%	<b>8,90%</b>	13,65%
<b>Impacto no resultado financeiro, líquido dos impostos:</b>				
Cenário I Provável	35.038	2.988	80.608	11.407
Cenário II Redução de 25%	26.279	2.241	60.456	8.555
Cenário III Redução de 50%	17.519	1.494	40.304	5.704

## **20 Resultados não recorrentes**

Atendendo às alterações exigidas pela Resolução BACEN nº 2/20, para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os resultados divulgados pela Administradora são recorrentes. Dessa forma, não há resultados não recorrentes para os exercícios apresentados.

## **21 Eventos Subsequentes**

Os eventos subsequentes correspondem a aqueles que ocorreram entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a sua emissão. Não houve eventos subsequentes relevantes até a emissão das demonstrações financeiras.